



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Diretoria Geral

Processo nº 202201000315567
Nome DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA
Assunto SOLICITAÇÃO

DESPACHO

Trata-se de Termo de Referência (evento 98) cujo objeto é a contratação de empresa especializada para substituição completa do elevador monta-cargas instalado no Fórum de Paraúna, bem como dos elevadores de passageiros do Anexo I do TJGO, abrangendo o fornecimento e instalação de todas as peças, componentes, máquinas, ferramental, instrumentos, materiais, insumos e mão de obra, necessários para o pleno funcionamento das máquinas, em atendimento a todas as normas técnicas e legislações vigentes, no valor total estimado de R\$ 807.416,60 (oitocentos e sete mil, quatrocentos e dezesseis reais e sessenta centavos).

Sobreveio aos autos o Edital nº 36/2022 e seus anexos (eventos 103/106), o qual foi devidamente aprovado pela assessoria jurídica (evento 76/108), tendo a Diretoria-Geral autorizado a instauração do procedimento licitatório (evento 78).

Após os devidos trâmites, foi realizado o prélio licitatório (eventos 110/135), sendo, de acordo com o extrato da Ata da Sessão Pública do Pregão (evento 134), declarada vencedora a *Empresa Brasileira de Elevadores Ltda. - ME*, para os lotes 1 e 2, no valor total de R\$ 620.800,00 (seiscentos e vinte mil e oitocentos reais).

Instada (eventos 124 e 127), a Divisão de Controle de Contratos e Aquisições da Diretoria de Engenharia e Arquitetura, após análise técnica, manifestou-se favorável à proposta apresentada (eventos 121 e 125).

Por sua vez, a Pregoeira, pelo Despacho n.º 121/2022 (evento 135), prestou as informações referentes à tramitação do certame, *in verbis*:

Inicialmente, convém destacar que foram realizadas as verificações estabelecidas no item 14 do Edital de regência.

A sessão foi realizada no dia 29/11/2022 e, após o encerramento da fase de lances, as empresas arrematantes foram convocadas para negociação e envio das propostas atualizadas. Ato contínuo, as propostas e os documentos referentes à qualificação técnica dos lotes 1 e 2 foram enviadas para a área técnica demandante ofertar manifestação.

No tocante ao Lote 1, a proposta foi aceita pela área demandante (evento 124) e, na fase habilitatória, verificou-se que a empresa arrematante (EMPRESA BRASILEIRA DE ELEVADORES) cumpriu adequadamente as exigências editalícias. Dessa forma, referida empresa foi declarada vencedora para o Lote 1.

Em relação ao Lote 2, a área demandante destacou vários pontos sobre o não atendimento dos requisitos estabelecidos no item 13 do Termo de Referência (Qualificação Técnica). Na fase habilitatória, constatou-se a ausência da juntada dos documentos descritos nos itens 15.1.2.4, 15.1.2.5, 15.1.5.3, 15.1.5.5 do Edital, bem como o Balanço Patrimonial (item 15.1.4.2 do Edital) e, tendo em vista que, neste último caso, tal ausência não é passível de saneamento por diligência, a empresa primeira colocada (METALURGICA ASCURRA) foi inabilitada. Convocou-se, então, a empresa subsequente (EMPRESA BRASILEIRA DE ELEVADORES) que teve sua proposta e documentos de qualificação técnica aceitos pela área demandante (evento 127). Assim sendo, considerando também que a EMPRESA BRASILEIRA DE ELEVADORES cumpriu com as exigências do Edital quanto à documentação de habilitação, ela foi declarada vencedora para o Lote 2.

Decorrido in albis o prazo recursal, efetuou-se a adjudicação do lote ao licitante vencedor.

Nesse contexto, após a lavratura do Extrato da Ata e a respectiva publicação no DJ Eletrônico, procedeu-se a inserção desta no site do Tribunal de Justiça, no link Licitação, a fim de atender o dever de

publicidade.

A assessoria jurídica ofertou parecer favorável à homologação do certame, nos seguintes termos:

Preliminarmente, tem-se que foi respeitado o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis entre a publicação do edital e a data marcada para apresentação das propostas, como determinado pelo art. 25 do anexo único do Decreto Estadual nº 9.666/2020 (eventos 110/111 e 113).

A proposta e documentação da empresa vencedora foram juntadas nos eventos 131/132.

Outrossim, verifica-se do extrato da ata de realização do Pregão Eletrônico nº 36/2022 (evento 134), bem como da proposta comercial da empresa (evento 131), que o lance vencedor encontra-se abaixo do estimado pela Administração, conforme planilha estimativa de custos acostada ao evento 106, tendo a unidade técnica se manifestado acerca da adequação da proposta aos requisitos solicitados no edital (eventos 124 e 127).

Logo, tem-se que restou alcançado o objetivo inserto no art. 3º da Lei nº 8.666/1993, qual seja, a obtenção da proposta mais vantajosa para Administração.

Isso posto, observada a análise do presente procedimento, mormente da ata de realização do Pregão Eletrônico nº 36/2022 (evento 133) e dos documentos apresentados (eventos 131/132), esta assessoria jurídica manifesta-se pela homologação do certame, nos termos da Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e Lei Estadual nº 17.928/2012.

Diante das informações e documentos constantes dos autos, acolho o parecer jurídico constante do evento retro e, com fulcro no artigo 47 do Decreto Estadual nº 9.666/2020, bem como na Lei nº 10.520/2002 e Lei Estadual nº 17.928/2012, tendo em vista notadamente a ata de realização do Pregão Eletrônico nº 36/2022 (evento 133), homologo o resultado obtido pela pregoeira e autorizo a contratação da *Empresa Brasileira de Elevadores Ltda. - ME*, lotes 1 e 2, no valor total de R\$ 620.800,00 (seiscentos e vinte mil e oitocentos reais).

Adotem-se as medidas necessárias à homologação do certame no sistema eletrônico.

Publique-se.

Sigam os autos à Diretoria Financeira para emissão da nota de empenho respectiva, com observância à regularidade fiscal da contratada.

Após, retornem-se à assessoria jurídica para providências subsequentes.

Rodrigo Leandro da Silva
Diretor-Geral